

## **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: uma análise sobre a teoria do capital humano – breves reflexões**

*EDUCATION AND ECONOMIC DEVELOPMENT: analysis on human capital theory - brief reflections*

*EDUCACIÓN Y DESARROLLO ECONÓMICO: análisis sobre la teoría del capital humano - reflexiones breves*

*Alessandra Nascimento Braga<sup>1</sup> (alessandrabg@ufpa.br)*

*Aline Nascimento Braga<sup>2</sup> (alinensbraga@gmail.com)*

*Lélio Favacho Braga<sup>3</sup> (leliofavacho@gmail.com)*

*Maria Gilvania da Silva Alves (a.gilvania46@gmail.com)*

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará, Instituto de Estudos Costeiros. Bragança, Pará, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Pará, GETIC, Belém, Pará, Brasil

<sup>3</sup>Secretaria de Estado de Educação do Pará, Belém, Pará, Brasil

### **Resumo**

Este ensaio de cunho bibliográfico e teórico possui como objetivo primordial refletir sobre a Teoria do Capital Humano e como esta subsidia, em grande parte, a discussão sobre a chamada relação entre desenvolvimento econômico e educação. Objetivando uma melhor compreensão da referida abordagem, se explorará o pensamento de Theodore William Schultz, defensor desta teoria contrapondo-o a Gaudêncio Frigotto, crítico contumaz desta. Para Frigotto, a Teoria do Capital Humano legitima a distinção entre os homens quanto à capacidade, produtividade e renda resultante do trabalho, assim como: a superioridade de alguns países sobre outros. Nas reflexões finais é exposto que um dos problemas da Teoria do Capital Humano está em que ela não resolve o processo histórico da desigualdade, demonstrando haver um reducionismo no discurso do viés liberal para mascarar tal distorção.

**Palavras-chave:** Teoria do Capital Humano, Schultz, Frigotto.

### **Abstract**

This bibliographic and theoretical essay has as its primary objective to reflect on the Theory of Human Capital and how it largely supports the discussion about the so-called relationship between economic development and education. Aiming at a better understanding of this approach, the thinking of Theodore William Schultz, defender of this theory, opposing it to Gaudêncio Frigotto, a critical critic of this, will be explored. For Frigotto, the Theory of Human Capital legitimizes the distinction between men regarding the capacity, productivity and income resulting from work, as well as: the superiority of some countries over others. In the final reflections it is exposed that one of the problems of the Theory of Human Capital is that it does not solve the historical process of inequality, demonstrating that there is a reductionism in the discourse of liberal bias to mask such distortion.

**Keywords:** Theory of Human Capital, Schultz, Frigotto.

### **Resumen**

Este ensayo bibliográfico y teórico tiene como objetivo principal reflexionar sobre la Teoría del Capital Humano y cómo apoya en gran medida la discusión sobre la llamada relación entre el desarrollo económico y la educación. Con el objetivo de comprender mejor este enfoque, se explorará el pensamiento de Theodore William Schultz, defensor de esta teoría, oponiéndola a

Gaudâncio Frigotto, un crítico crítico de esto. Para Frigotto, la Teoría del Capital Humano legitima la distinción entre los hombres con respecto a la capacidad, productividad e ingresos resultantes del trabajo, así como: la superioridad de algunos países sobre otros. En las reflexiones finales se expone que uno de los problemas de la Teoría del Capital Humano es que no resuelve el proceso histórico de desigualdad, demostrando que hay un reduccionismo en el discurso del sesgo liberal para enmascarar tal distorsión.

**Palabras clave:** Teoría del capital humano, Schultz, El frigoto.

## Introdução

A teoria do capital humano faz parte da nova teoria econômica, introduzida por Jacob Mincer, mas foi popularmente difundida pelos ganhadores do prêmio Nobel de economia: Theodore Schultz e Gary Becker nas décadas de 1950 e 1960. De acordo com Frigotto (2008), a noção ou conceito de “capital humano” pensada por Theodoro Schultz nasceu nos anos de 1956-1957 no Centro de Estudos Avançados das Ciências do Comportamento “face à sua perplexidade ante os fatos de que os conceitos por ele utilizados para avaliar capital e trabalho estavam se revelando inadequados para explicar os acréscimos que vinham ocorrendo na produção” (FRIGOTTO, 2008, p. 68).

A maneira pela qual o homem percebe a concretude de sua vida está intrinsecamente relacionada a cultura. O ser humano não fabrica a realidade tal qual percebia Hegel, ao contrário, esta é a maneira através da qual cada indivíduo procura compreendê-la para posteriormente explicá-la. Segundo Marx (1996, p. 289), para se mudar a natureza humana no sentido que possa alcançar “habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis”.

## 1 Sobre a Teoria do Capital Humano: breves reflexões

O Capital Humano é percebido como sendo aptidões e habilidades que o ser humano possui: naturais ou advindas via aprendizagem deixando o indivíduo hábito a produção enquanto força de trabalho qualificada no objetivo de produzir seu bem estar auferindo renda. A inoperância no que tange ao bom posicionamento social é responsabilidade do indivíduo. O que Frigotto (1993) explica melhor:

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (FRIGOTTO, 1993, p.41).

A educação, de certa forma, colabora com a lógica do capital quando qualifica força de trabalho para servir a seus interesses. “É depositada na educação a expectativa de que esta

possa, através da mobilidade social, melhorar os mecanismos de distribuição de renda e inserção produtiva, através do preparo dos indivíduos para o mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 1997, p. 91).

Aqui, se percebe a ideia de educação que estabelece uma relação entre desenvolvimento e democracia para resolver os problemas sociais condicionando o indivíduo ao bem estar social. O estudo de Mello (1994), explica melhor:

A educação é convocada, talvez prioritariamente, para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico à melhoria da qualidade de vida e à consolidação dos valores democráticos (MELLO, 1995, p. 31).

Segundo a Teoria do Capital Humano, investir nas pessoas significa proporcionar o crescimento de sua produtividade. Nesse sentido, para Frigotto (1993, p. 67), à educação passa a ser estabelecida “pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do “capital humano”, fruto do investimento realizado, para a produção econômica”. Neste ensejo, “Assim como na sociedade capitalista os produtos do trabalho humano são produzidos não em função de sua “utilidade”, mas em função da troca, o que interessa, do ponto de vista do mercado”. (FRIGOTTO, 1993, p. 67). Somente a educação formal é incapaz de perpetuar as ações que são importantes para o mercado capitalista.

Todavia, Mészáros (1995, p. 45) adverte: “uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados”.

Em suma, a Teoria do Capital Humano reforça que o caminho para alavancar a boa colocação no mercado de trabalho advem de alguns “valores” que se obtém para a boa produtividade. Nesse sentido, “aspectos ligados a atitudes, valores, resultado do processo de socialização que se efetiva na escola são mais importantes para a produtividade das pessoas na organização enquanto forneçam hábitos de funcionalidade, respeito à hierarquia, disciplina etc” (FRIGOTTO 1993, p. 46).

## **2 Teoria do Capital Humano: entre Schultz e Frigotto**

O grau de comprometimento da criatura humana é variado quando se procura tornar inteligível o que acontece na natureza ou no mundo humano e o modo pelo qual a criatura reflexiva os denominou: nos dois casos, se percebe que está perante um saber histórico, por isso, se trata de algo relativo. Entretanto, a implicação da criatura humana em relação a natureza é diferente devido a dois motivos substanciais: (1) lidam com a realidade e nesse envolvimento tornam-se sujeito e objeto das ações. (2) O outro motivo consiste que, até aqui, o mundo humano é percebido em classes sociais cheios de intencionalidades, que, por vezes são antagônicas. Por isso, segundo Marx (1996), as ideias hegemônicas são das classes dominantes.

Os dois motivos acima mencionados no que tange as peculiaridades do conhecimento sobre as ciências sociais e humanas se afirmou como noção de ‘capital humano’, na literatura especializada (economia) nos anos de 1950, e, posteriormente, nos anos de 1960 e 1970, na seara educacional, em tal medida que se criou uma área disciplinar para tal: a “economia política da educação. Trata-se de uma noção que os intelectuais da burguesia mundial produziram para explicar o fenômeno da desigualdade entre as nações e entre indivíduos ou grupos sociais, sem desvendar os fundamentos reais que produzem esta desigualdade” (FRIGOTTO, 2008, p. 67).

Para Frigotto (1999), a Teoria do Capital Humano legitima a distinção, individualizante, entre os homens por meio da educação quanto à capacidade, produtividade e renda resultante do trabalho, assim como, a superioridade de alguns países sobre outros. A Teoria do Capital Humano subsidia, em grande parte, a discussão sobre a chamada “crise educacional” devido a relação entre desenvolvimento econômico e educação.

Alguns autores abordam a causa dessa crise assinalada acima e suas possíveis soluções, ainda no âmbito do Estado capitalista. Embasam-se em algumas teorias econômicas específicas, dentre elas, a Teoria do Capital Humano. É comum nas últimas décadas verificar a presença de recursos humanos, financeiros e imateriais provenientes de instituições empresariais ou ligadas a essas na educação brasileira.

O artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96) estipulam como dever do Estado o acesso à educação básica. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

O artigo 211 da Constituição Federal de 1988 diz que União, Estados, Distrito Federal e os Municípios deverão organizar em colaboração seus sistemas de ensino. Cada esfera governamental estará responsável, prioritariamente, por alguns dos níveis de ensino e obrigada a investir um percentual mínimo de recursos financeiros. A novidade aparece com a intervenção de outros segmentos sociais, isto é, certos setores do empresariado e da imprensa de modo geral sobre o tema educação.

Por que outros setores sociais também têm atuado junto à educação? No Brasil, uma das hipóteses levantadas refere-se ao suposto interesse governamental no fortalecimento e apoio às ações sociais empresariais na melhoria da educação. Esse tipo de questionamento já começa a aparecer, a partir de 1990, quando houve a abertura do mercado brasileiro às importações, estimulando a competitividade com as empresas internacionais. Isso foi implementado através das reformas educacionais dos anos 1990 e traz a concepção de que o acesso à Educação Básica era o meio para a empregabilidade. Nesse contexto, muitos setores da sociedade criticam a ineficiência do sistema de ensino público, em especial ao se considerar os resultados de

desempenho obtidos nas avaliações em larga escala, tanto nacionais como internacionais nas quais em geral, os alunos brasileiros têm obtido resultados insatisfatórios.

Soma-se ao contexto assinalado acima, o discurso de autores neoliberais, trazendo consigo o conceito de educação atrelado à empregabilidade, entendendo que o sistema educacional do país está em crise e precisa ser reestruturado. A discussão sobre a suposta crise educacional está embasada na relação entre educação e desenvolvimento econômico. Sendo a teoria do Capital Humano, a “fórmula mágica” para solucionar os déficits decorrentes do acúmulo capitalista, muito utilizada pelos economistas para subsidiar a discussão. Um dos principais defensores da teoria do Capital Humano, Theodore W. Schultz observa que a instrução tem o potencial de ser um investimento, tanto para o próprio estudante e aqueles à sua volta, como também para o contexto macroeconômico de um país.

A característica distintiva do Capital Humano é a de que é ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como um elemento de ativo que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo. Desses atributos básicos do capital humano surgem muitas diferenças sutis entre o capital humano e não-humano, que explicam o comportamento vinculado à formação e à utilização dessas duas classes de capital (SCHULTZ, 1973, p. 53).

A relação entre educação e desenvolvimento econômico está subentendida nos discursos relacionados à elevação do nível de escolaridade. Acrescentando ainda, o aumento da vinculação de impostos para a educação, ou mesmo quando se trata sobre o crescimento econômico de um país. De acordo com Schultz (1973), o grau de instrução da população de um país pode ser a explicação do crescimento produtivo dos países tecnicamente desenvolvidos. Além da diferença produtiva entre os indivíduos, devido ao investimento realizado em sua instrução e ao seu aproveitamento.

Como método de análise comparativa entre países, Schultz tomou o PIB (Produto Interno Bruto) como medida de desenvolvimento econômico e a escolaridade básica como medida do capital humano. As críticas internas das análises macroeconômicas devido não à discordância de concepção, mas às dificuldades de dados e sua consistência conduziram muitos economistas a preferirem as abordagens microeconômicas. Nestas abordagens os retornos do investimento que permitem mobilidade individual ou de grupos específicos são mensurados pelas taxas de retorno das escolhas nos tipos e níveis de escolaridade (FRIGOTTO, 2008, p. 69).

Com relação à taxa de retorno do investimento realizado na educação, Schultz acredita que essa seja igual ou maior do que qualquer outro tipo de investimento do gênero. Além disso, a educação pode exercer uma influência reguladora na economia, que até então, não havia sido

investigada anteriormente. Para Gaudêncio Frigotto (2000), a teoria do Capital Humano está fortemente vinculada aos interesses capitalistas, no momento do desenvolvimento econômico mundial, especialmente, nos Estados Unidos e Inglaterra, onde os estudos desta área se deram de maneira mais intensiva.

[...] Na década de 80 nós dizíamos formar o capital humano para o emprego, hoje nós dizemos formar as competências para a empregabilidade. O ideário pedagógico passou a ser o ideário em que há um deslocamento do conceito de qualificação para competência e habilidade além de um deslocamento do conceito de emprego para empregabilidade e do conceito de igualdade para equidade. Do ponto de vista pedagógico, isso significa que nós voltamos a uma fragmentação do processo de conhecimento sem precedentes (FRIGOTTO, 1999, p. 141).

Em suas análises, Frigotto (2000), deixa claro e distinto que a teoria do Capital Humano consiste na estrutura ideológica e conjunto de princípios “de uma disciplina específica – Economia da Educação – que surge inicialmente nos Estados Unidos, nos anos 70 – se estrutura no contexto das teorias do desenvolvimento, ou ideologia desenvolvimentista do após II Guerra Mundial” (FRIGOTTO, 2000, p. 90). O quadro economicista da teoria do Capital Humano se definiu na América Latina através dos “investimentos” internacionais, em que se apresentaram como “[...] seus intelectuais coletivos o Banco Mundial e os aparelhos de hegemonia dos homens de negócio” (FRIGOTTO, 1998, p. 36). A dicotomia, por exemplo, pode ser percebida ao se examinar quem, no Território Brasileiro, vive no analfabetismo e aqueles que não conseguiram ultrapassar quatro anos de escolaridade, como resposta se chega a maioria dos trabalhadores de baixa renda.

Daí que uma análise histórica nos permite afirmar exatamente ao contrário da ‘teoria do capital humano’: a baixa escolaridade nos países pobres deve-se a um reiterado processo histórico de colonização, relações imperialistas e de dependência mantidas por uma aliança de classe entre os países centro-hegemônicos do capital e da periferia. E o acesso desigual e a um conhecimento desigual para os filhos da classe trabalhadora, igualmente, deve-se a uma desigualdade estrutural de renda e de condição de classe. Por fim, fica evidenciado o caráter limitado da noção ou conceito de ‘capital humano’ pela necessidade de redefini-lo em face do fato de que, paradoxalmente, inversamente à tendência universal do aumento da escolaridade, há um recrudescimento no desemprego estrutural, precarização do trabalho com perda de direitos e, especialmente, em países dependentes como o Brasil, oferta de empregos que exige trabalho simples e oferece uma baixíssima remuneração (FRIGOTTO, 2008, p. 70 e 71).

Portanto, desde que o pensamento liberal se instaura e se consolida enquanto política mundial, a teoria do Capital Humano teve certas modificações, não alterando a essência de seu objetivo. Para Frigotto (1996), há uma razão para a sua ascensão após o final da década de 50, pois “[...] é efetivamente neste período que as novas formas que assumem as relações intercapitalistas demandam e produzem esse tipo de formulação” (FRIGOTTO, 1996, p.38).

Frigotto consiste num dos críticos da teoria do Capital Humano alegando que ela legitima a educação enquanto uma das principais responsáveis pelas diferenças individuais de capacidade, produtividade e renda decorrente do trabalho, assim como pelas diferenças em termos de produtividade entre os países. Essa teoria, embora tenha sido desenvolvida mais sistematicamente e sido mais utilizada a partir do final da década de 50 e início da década de 60, já vinha sendo elaborada anteriormente, inclusive por brasileiros.

## Considerações Finais

Como perceber que a condução da análise reducionista dos pressupostos que sustentam a noção ou conceito de capital humano advém do pensamento econômico nos moldes das definições ou limites de Theodore William Schultz, do pensamento intelectual burguês, entre outros dessa linha? O principal pressuposto que norteia e falseia os outros consiste nos elementos da concepção liberal que fundamenta o comportamento cultural que, por sua vez, baseia o pensamento social, político e concepção de ciência econômica da burguesia.

Segundo a concepção liberal, os seres humanos nascem igualmente predispostos a racionalidade em relação ao que agrada, desagrade, ao que é útil e com igualdade de condições no mercado, observando que, cada escolha exclui outras. O problema é que a concepção exposta anteriormente não percebe o processo histórico que se traduz em desigualdade em relação a população das diferentes nações. Diferentemente do que é exposto na concepção liberal, as escolhas não são feitas em pé de igualdade no sistema capitalista.

Portanto, um dos problemas da Teoria do Capital Humano está no viés liberal, que expõe um reducionismo na compreensão de ser humano em suas várias dimensões. Trata-se da compreensão na qual a sociedade seria composta por um conjunto de pressupostos em que a soma permite o entendimento da totalidade: isso não é verdade. De uma forma bem intuitiva, aconteceria como no PIB (produto interno bruto) brasileiro. A totalidade da riqueza que é produzida dentro e fora do país não é dividida igualmente entre a população: poucos ganham muito e muitos ganham pouco na produção da riqueza e produção de oportunidades para uma vida mais satisfeita, mas o discurso é que todos possuem as mesmas oportunidades e que cada escolha exclui outras.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Congresso. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso. Brasília, DF, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os Delírios da Razão**: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em*

educação. Tradução: Vania Paganini Thurler; Tomaz Tadeu da Silva. (Coleção Estudos Culturais em Educação) 7ª. ed. Editora: Vozes, Petrópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. **Políticas para o Ensino Técnico-Profissional**. In: OLIVEIRA, M. N. (Org.). As políticas educacionais no contexto da globalização. Ilhéus: Editus, 1999.

\_\_\_\_\_. Capital humano. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/ Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: teorias em conflito**. In: (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. (Coleção Estudos Culturais em Educação). 4ª. ed. Editora: Vozes. Petrópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Produtividade da Escola Improdutiva – um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 3ª edição. Editora: Cortez, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Volume I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII). Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe; Editora Nova Cultural Ltda.; 1996.

MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. Trad de: Education beyond capital. São Paulo; Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução: Marco Aurélio de Moura Matos; revisão técnica: Ricardo Tolipan. Editora: Zahar. Rio de Janeiro, 1973.

**Recebido em 10/07/2020**

**Aceito em 10/09/2020**